

Os oficiais brasileiros da reserva e a defesa da memória institucional do “31 de março de 1964”

Brazilian reserve officers and the defense of the institutional memory of “March 31, 1964”

Fernando da Silva Rodrigues¹
fernandoahex@gmail.com

Cláudio Beserra de Vasconcelos²
cb.vasconcelos@yahoo.com.br

Resumo: O artigo tem por objetivo analisar o debate atual envolvendo a disputa pela memória oficial sobre o golpe e a ditadura empresarial-militar implantada no Brasil em 1964. Tomaremos por base a reação dos ex-agentes políticos da instituição (atualmente oficiais militares da reserva), e os sites e blogs privados que foram criados no intuito de constituírem um espaço de discurso de defesa dos interesses desses militares e da memória institucional sobre o golpe e a ditadura. De modo complementar, trabalharemos como a “propaganda” do regime reforçou a construção dessa memória através dos discursos publicados no *Noticiário do Exército*, especificamente, sobre as comemorações do 31 de março, e da produção bibliográfica institucional.

Palavras-chave: golpe de 1964, ditadura 1964-1985, memória militar.

Abstract: This article analyzes the current debate surrounding the dispute over the official memory of the coup d'état and the corporate-military dictatorship implanted in Brazil in 1964. It is based on the reaction of former political agents of the institution (currently military reserve officers) and private websites and blogs that were created in order to constitute a space of discourse defending the interests of these military and the institutional memories about the coup and the dictatorship. In a complementary manner, it discusses how the regime's “advertising” reinforced the construction of this memory through the speeches published in the Army's newsletter, specifically on the commemoration of March 31, and institutional bibliographical production.

Keywords: 1964 coup, dictatorship from 1964 to 1985, military memory.

¹ Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Professor do Departamento de História da Universidade Cândido Mendes e pesquisador da Escola Superior de Guerra.

² Professor da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

Introdução

Nos últimos anos, a questão da memória tem sido um tema importante nas discussões sobre a ditadura. Inicialmente mais localizado na academia, este debate tem ganhado projeção para além desse meio, em consequência de ações como os chamados “escrachos”, denunciando ex-agentes do Estado como torturadores, das mobilizações pela troca de nomes de escolas e logradouros públicos batizados em homenagem a ícones da ditadura, das campanhas pela transformação de antigas dependências do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em centros de memória e, em particular, do estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e de suas congêneres em níveis estadual e municipal e da pressão pela revisão da Lei da Anistia, com a punição dos agentes do Estado envolvidos em crimes durante a ditadura.

Em paralelo, nota-se um aumento das tensões entre grupos defensores de tais ações com as instituições militares, principalmente, com os oficiais da reserva, pela (re)construção da memória em torno dos acontecimentos de março e abril de 1964, assim como de todo o regime, até o seu ocaso, em 1985.

A implantação do Ministério da Defesa, em 1999, a eleição do presidente Lula e mais recentemente da presidenta Dilma Rousseff (ex-integrante da luta armada) intensificaram gradualmente os debates envolvendo a memória desse período recente da história do Brasil. Se, por um lado, atos desses governos, como a implantação da Comissão Nacional da Verdade e a Lei de Acesso à Informação (LAI), geraram a oportunidade para um aprofundamento da crítica histórica sobre o período de 1964 a 1985, por outro, a reboque, também despertaram antigas e renovadas tensões e disputas pela memória sobre o período. Um momento particular em que essa “guerra das memórias” ganhou vulto ocorreu em fevereiro de 2012.

No dia 16 daquele mês, os presidentes dos Clubes Militares publicaram no seu portal um manifesto com

críticas à presidenta da República e duas ministras que pregaram a revogação da Lei da Anistia. Esta reação ganhou publicidade e foi debatida em diversos meios de comunicação. Após ser retirado do portal, surgiu outro documento, desta vez, publicado no sítio *A Verdade Sufoçada* e assinado por militares da reserva reafirmando as críticas iniciais.

Tendo por eixo este caso particular,³ o presente artigo tem por objetivo analisar o debate atual envolvendo a disputa pela memória oficial sobre o golpe e a ditadura empresarial-militar⁴ implantada no Brasil em 1964. Tomaremos por base a reação dos ex-agentes políticos da instituição (atualmente oficiais militares da reserva), e os *sites* e *blogs* privados que foram criados no intuito de constituírem um espaço de discurso de defesa dos interesses desses militares e da memória institucional sobre o golpe e a ditadura. De modo complementar, trabalharemos como a “propaganda” do regime reforçou a construção dessa memória através dos discursos publicados no *Noticiário do Exército*, especificamente, sobre as comemorações do 31 de março, e da produção bibliográfica institucional.⁵

A defesa da memória

A defesa da memória institucional pelas Forças Armadas

De maneira geral, as construções da memória fazem parte de um processo de disputa pela hegemonia política.⁶ Como bem escreve Fernando Rosas, a memória

é um aspecto essencial da luta pela hegemonia política e ideológica nas nossas sociedades. Ou seja, ao convocarmos, ao inscrevermos a Memória nos debates de hoje, não estamos só a olhar para trás, isto é, não nos refugiamos no passado, não fugimos para a nostalgia, estamos necessariamente, seja qual for o sentido mais ou menos assumido do exercício, a discutir os conteúdos

³ Tal opção se justifica metodologicamente na crença de que, muitas vezes, são as análises particularizadas, qualitativas, que nos mostram detalhes, indícios reveladores de um fenômeno maior, que análises mais gerais não seriam capazes de reconhecer. Permitem generalizar conclusões, denunciam conexões que os dados numéricos, muitas vezes, se não negam, escondem (Ginzburg, 1990, p. 143-179).

⁴ Atualmente, o termo civil-militar tem sido bastante usado como definidor do golpe de 1964 e da ditadura que seguiu a ele. Com o objetivo de afirmar uma colaboração da “sociedade” na construção do regime, entendemos que, nessa perspectiva, a “sociedade” aparece como homogênea, o que é uma visão mistificadora, que apaga o sentido de classe do processo. Essa ideia de civil-militar também incorpora uma percepção corporativa dos próprios militares: separação do mundo entre eles (militares) e os “civis”, entendidos como todos os que não são militares. Ou seja, cremos ser um termo muito genérico que não define quem foi que ganhou, e a quem a ditadura serviu.

Por outro lado, cunhada pioneiramente por René Dreifuss (1981) e adotada já há algum tempo por um segmento do campo historiográfico, a definição do golpe e do regime como empresarial-militar tem por foco os elementos definidores do conteúdo social do regime político. Como tal, sustenta que o que realmente tivemos em 1964 e ao longo da ditadura foi a colaboração de uma parcela da sociedade brasileira. Nesse sentido, mesmo quando Dreifuss também usa o termo civil-militar, ele apresenta uma consistência, pois se refere a um sentido de classe do golpe, ressaltando a participação da burguesia na conjuntura de 1964 e na condução da ditadura.

O termo empresarial-militar vem ganhando aceitação em meios acadêmicos ou não, depois que a Comissão Nacional da Verdade e algumas comissões estaduais da verdade assumiram essa perspectiva.

⁵ A estrutura deste artigo sustenta-se nos trabalhos desenvolvidos por Fernando da Silva Rodrigues, no projeto *Faces da redemocratização: os movimentos sociais e suas memórias precedentes e subseqüentes à Lei da Anistia, de 1979, no Brasil*, coordenado por Ricardo Pimenta, cujo objetivo é buscar compreender a atuação do movimento sindical, estudantil, da imprensa alternativa, e a atuação dos militares no processo de luta pela redemocratização, com destaque para os debates relacionados à Anistia, então promulgada, em 1979, além de envolver a reflexão sobre a construção da memória oficial sobre o golpe de 1964 e a ditadura.

⁶ O conceito de “hegemonia”, de Antonio Gramsci, em linhas gerais, pode ser entendido como o domínio consentido de uma classe social sobre as outras, em termos ideológicos – e não apenas através da coerção –, em especial da burguesia sobre a classe trabalhadora, no que se refere à sociedade capitalista (Gramsci, 1991).

civilizacionais, as representações societais, os conteúdos políticos e ideológicos que estruturam os discursos sobre o mundo de hoje e de amanhã. [...] (Rosas, 2009, p. 85).

Admitindo como correta esta observação, assim como o fato de existir, atualmente, uma disputa pela construção de uma memória sobre o período 1964-1985, então seria correto dizer que vivemos um contexto de disputa pela hegemonia política. Esta contenda, no entanto, não teve início em 2012. Por isso, antes de nos determos especificamente sobre o debate ocorrido no citado ano, é preciso voltarmos à origem desse processo de disputa pela constituição de uma memória em torno do golpe e da ditadura.

João Roberto Martins Filho (2003, p. 3-4) afirma que “a narrativa militar foi construída como resposta à onda inicial de textos da esquerda”. Assim, situa o início do fenômeno de disputa pela memória no fim dos anos 1970, no momento em que são publicadas as primeiras obras com versões de ex-militantes da luta armada sobre suas experiências durante a ditadura. Já Daniel Aarão Reis Filho (2004, p. 126-127) data a gênese desse processo em 1964, quando a direita procurou apresentar o golpe como intervenção salvadora, defensora da democracia, e a esquerda apagou o aspecto radical e de confronto de setores das esquerdas, vitimizandando os derrotados de 1964 e estigmatizando os militares como *gorilas*. Ainda que discordemos da conclusão de Aarão Reis Filho com relação à ação da esquerda, cremos que seu marco cronológico é mais preciso que o de Martins Filho.

De fato, desde os primeiros momentos da ditadura – e mesmo antes do golpe – houve um esforço em busca da legitimação da tomada do poder e da instauração do novo regime. Em editoriais de jornais, discursos dos envolvidos e/ou apoiadores, entre outros meios, procurou-se construir, para o público geral, a ideia de que a nova situação era resultado de um esforço que visava salvar o Brasil do perigo da comunização. Este, contudo, não foi um esforço calcado apenas em manifestações públicas e voltado para o público externo. Os militares não eram um grupo coeso, como demonstra o grande número de militares cassados, muitos, no imediato pós-golpe (Vasconcelos, 2010). Mesmo dentro das Forças Armadas, era preciso construir e reafirmar a memória institucional sobre a “revolução” e o regime.

Internamente, o Exército brasileiro utiliza como principal espaço de manutenção da memória sobre os

eventos de 31 de março de 1964 o *Noticiário do Exército* (NE), meio de divulgação para os integrantes da Força que registra os discursos do ministro/comandante do Exército e informações diversas de interesse para os membros da instituição.⁷ Para efeito de análise, dividimos a presença dos discursos sobre o golpe no NE em dois momentos: período ditatorial (1964-1985) e período democrático (pós-1985) (Quadro 1).

Pela análise do quadro, verifica-se que o período caracterizado como ditadura foi marcado pela presença anual e quase sistemática dos discursos de preservação da memória institucional sobre o golpe, com exceção dos anos de 1972 e 1973, nos quais não encontramos nenhum registro de tal existência.⁸ Essa frequência insere-se em um quadro mais geral de esforço pela solidificação da memória institucional sobre o golpe.

Até pouco tempo, fazia parte oficialmente das datas comemorativas das instituições militares brasileiras o dia 31 de março, como forma de lembrar a “Revolução Democrática” de 1964 e o período sob controle dos presidentes-generais. Celso Castro já havia observado que, do golpe até 1974, o governo estimulou estas celebrações.

Em um contexto ditatorial de praticamente total ausência de liberdades individuais, esta reafirmação poderia parecer desnecessária. Contudo, passado o “êxtase” inicial pela vitória de 1964, logo surgiram vozes dissonantes. Já a partir da comemoração do segundo aniversário da “revolução” puderam ser ouvidas queixas, como a de Carlos Lacerda, que, insatisfeito com a realidade estabelecida, afirmou que não havia o que enaltecer. Apesar destas críticas, tais festejos seguiram em uma linha ascendente até o décimo aniversário, marcado pela realização de uma série de atividades em comemoração à “revolução” (Castro, 2008, p. 131). Aos poucos, contudo, esta celebração decresceu: em 1986, por ordem do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, foi limitada aos quartéis; em 1995, teve fim a ordem do dia conjunta dos três ministros militares; e, em 2011, proibida até mesmo no interior da caserna. Os registros no NE reafirmam esta tendência.

Em uma análise mais detida, percebemos que perdurou ao longo dos anos um esforço na construção do “31 de março” como um movimento de caráter nacional, uma autêntica revolução, na qual a quebra da ordem – jamais caracterizada como golpe no discurso institucional – aparece como resultado de um chamado do povo brasileiro e os milita-

⁷ Publicado diariamente – exceto nos finais de semana e feriados –, o *Noticiário do Exército* é editado pelo Centro de Comunicação Social do Exército, órgão responsável pela difusão da mensagem e pela publicidade institucional. De natureza informativa e oficial, diferencia-se, por exemplo, da *Revista do Clube Militar*, que possui um caráter privado, e das revistas *A Defesa Nacional* e a *da ESG*, periódicos técnico-profissionais, que atendem aos interesses ideológicos, científicos e profissionais das Forças Armadas. Direcionado ao público interno do Exército, o NE não tem legitimidade jurídico-administrativa, ou seja, não vale como documento, ao contrário do *Boletim do Exército* e do *Diário Oficial da União*. Sua relevância reside, assim, no fato de ser um dos instrumentos que o Exército utiliza na tentativa de criação de uma identidade política entre o seu público interno. Devido à sua periodicidade e à obrigatoriedade de leitura por todos os integrantes da Força, entendemos que a mensagem subliminar ideológica veiculada tem potencial de atingir uma grande parte da Força.

⁸ Nesse momento, não teríamos como analisar o porquê dessa ausência. Qualquer conclusão seria temerária e poderia significar mera especulação sem fundamentação.

Quadro 1. Noticiários do Exército – verificação da existência de discursos no dia 31 de março.

Chart 1. Army news - finding of speeches on March 31.

Período ditatorial		Período democrático	
1965 – Encontrado	1976 – Encontrado	1986 – Encontrado	2000 – Encontrado
1966 – Encontrado	1977 – Não encontrado	1987 – Encontrado	2001 – Encontrado
1967 – Encontrado	1978 – Encontrado	1988 – Encontrado	2002 – Encontrado
1968 – Encontrado	1979 – Encontrado	1989 – Encontrado	2003 – Sem discurso
1969 – Encontrado	1980 – Encontrado	1990 – Encontrado	2004 – Sem discurso
1970 – Encontrado	1981 – Encontrado	1991 – Encontrado	2005 – Encontrado
1971 – Encontrado	1982 – Encontrado	1992 – Encontrado	2006 – Encontrado
1972 – Sem discurso	1983 – Encontrado	1993 – Encontrado	2007 – Sem discurso
1973 – Sem discurso	1984 – Encontrado	1994 – Encontrado	2008 – Sem discurso
1974 – Encontrado	1985 – Encontrado	1995 – Encontrado	2009 – Sem discurso
1975 – Encontrado		1996 – Sem discurso	2010 – Sem discurso
		1997 – Não encontrado	2011 – Sem discurso
		1998 – Não encontrado	2012 – Sem discurso
		1999 – Encontrado	

Fonte: Arquivo Histórico do Exército. Acervo Institucional.

res, como cumpridores da missão de salvar o Brasil do perigo comunista, como denota o discurso contido no NE de 1979.

Quando a catástrofe parecia iminente e irremediável e o processo de deteriorização (sic) ameaçava já a própria disciplina das Forças Armadas, o povo brasileiro como um todo, apoiado pelos setores mais representativos da nacionalidade, resolveu dar um basta àquele estado de coisas (Noticiário do Exército, 31 de março de 1979).

Em resumo, ao longo dos anos, percebe-se que a celebração visava legitimar a tomada do poder, a presença das Forças Armadas na política e o próprio regime como fiadores da segurança necessária ao desenvolvimento do país, como celebrava a Doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra. Em discursos como o de 1971, no contexto político-econômico da forte repressão à luta armada e de vigência do “milagre econômico brasileiro”, esta tarefa, autoatribuída, mas apresentada como conferida pelo povo brasileiro, é ainda mais transparente:

Nas fábricas, indústrias, estabelecimentos, nos campos, há um esforço grande em produzir. O Exército também está presente adestrando-se, e pesquisando, realizando ou cooperando, para propiciar ao Brasil, de forma integral, os benefícios de sua atividade fim – segurança (Noticiário do Exército, 31 de março de 1971).

De uma forma geral, portanto, durante esse período, os discursos têm o claro objetivo de manter viva a memória dos vencedores. Nessa fase, o “31 de março” é uma data fes-

tiva para as Forças Armadas – com formaturas, exposições, pronunciamento do presidente em rede nacional – que procura manter atualizada na imprensa oficial das instituições militares o aniversário da internamente caracterizada “Revolução Democrática Brasileira”. Esses momentos, porém, revelam lances da luta pela construção e afirmação de uma memória sobre o golpe de 1964. Ainda que não fosse possível naquele momento a presença pública do contraditório, isto não significa que a batalha pela memória ainda não tivesse se iniciado. Se, em certo momento, uma determinada memória se encontra em posição de domínio, essa supremacia não significa o apagamento de outras memórias, não quer dizer que ela seja a única. Segundo Michael Pollak (1989, p. 4-8), em momentos de crise, as memórias que são mantidas nos subterrâneos vêm à tona, gerando uma disputa entre elas. Esse período crítico não tardaria a chegar. Em meio ao processo de distensão “lenta, gradual e segura”, iniciado em meados dos anos 1970, a comemoração do “31 de março” começou a perder importância. Em contrapartida, a contestação da situação política ganhou volume. Era a ocasião que as vezes até então inaudíveis precisavam para vir a público.

Entre 1977 e 1979, respectivamente anos em que vieram a luz *Em câmera lenta*, romance-depoimento de Renato Tapajós, e *O que é isso, companheiro?*, *best-seller* de Fernando Gabeira, e 1985, quando foram publicados os resultados do projeto *Brasil nunca mais*, foi editada uma série de obras (memórias, biografias e autobiografias, escritas não só por ex-integrantes da luta armada, mas também por jornalistas) que tinham a denúncia das torturas sofridas durante a ditadura como estrutura narrativa.

Portanto, na fase final da ditadura, enquanto a memória da esquerda sobre o período se estruturava e encontrava público, as celebrações oficiais perdiam apoio e retraíam. Como bem nota Eduardo Heleno de Jesus Santos, nos anos finais da ditadura, o Exército

buscou manter o simbolismo da data em suas ordens do dia, mas recuou em relação a sua difusão [...]. Sem respaldo popular, o aniversário da Revolução se tornaria, desde 1983, por iniciativa das próprias Forças Armadas, uma cerimônia estritamente castrense, e as cenas de março de 1964, com milhares de pessoas apoiando a intervenção, ficariam no passado [...]. (Santos, 2012, p. 5).

No período democrático – retornando ao quadro sobre o “Noticiário do Exército” e a verificação da existência de discursos no dia 31 de março –, notamos a alternância da presença de discursos sobre a memória do “31 de março de 1964”. Esse é o período em que as celebrações ficam a cada ano mais vazias e restritas aos quartéis e, em paralelo, crescem os protestos contra o regime, denotando novas movimentações na batalha das memórias.

O momento atual, mais de duas décadas após haver transcorrido o fato histórico, é oportuno para uma reflexão serena sobre os resultados alcançados em todos os campos da vida nacional, especificamente na transição para a democracia. Por certo, ocorreram desvios e atrasos. As conquistas, no entanto, foram inúmeras e merecem ser lembradas (Noticiário do Exército, 31 de março de 1988).

Percebe-se que, no contexto da redemocratização, já há uma alternância na caracterização do regime. A defesa é mantida, mas já não há a positivação absoluta. Em meio a uma conjuntura de crítica ao regime, há o reconhecimento de que houve problemas ao longo do percurso, apresentados como “desvios e atrasos”, mas prevalece a tentativa de reafirmação das supostas “conquistas”. Esse esforço denota que, apesar da manifestação favorável ao regime permanecer nos discursos institucionais, a partir do fim do último mandato de um general-presidente e da instalação da chamada “Nova República”, de acordo com os relatos dos próprios militares, os derrotados nas armas tornam-se vitoriosos na batalha da memória histórica (Castro, 2008, p. 133-135).

Contudo, assim como a hegemonia da memória institucional até meados dos anos 1970 não significava a inexistência de outras memórias, a supremacia de uma

memória crítica à ditadura não sufocou completamente a versão daqueles que defendiam a “revolução”. Se institucionalmente tais vozes perdiam espaços, passavam a aparecer novas formas para divulgação dessa memória. Com este objetivo, destacam-se, naquele momento, os livros *Brasil sempre* (1986), de autoria do tenente Marco Pollo Giordani, que serviu no Doi-Codi, e *Rompendo o silêncio* (1987), do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, também ex-agente da repressão, acusado de ter cometido torturas durante a ditadura. Mas essas ainda eram iniciativas isoladas. A consolidação de alternativas semelhantes, informais, como locus para difusão de uma memória favorável ao golpe de 1964 só ocorreu na década seguinte. Institucionalmente, as alterações eram mais sentidas. Mais do que a alternância com relação à existência dos discursos, a cada fase de aprofundamento do processo de redemocratização, houve modificações no discurso institucional.

Em toda a fase anterior e posterior imediata à Constituição de 1988, até 2002, encontramos registros no NE sobre a existência de discursos.⁹ Entretanto, o proferido no ano de 1988, acima citado, já reflete certa flexibilização na radicalidade da escrita sobre o golpe. A conjuntura político-social, marcada pelo processo de legitimação da transição da democracia com a nova Carta, é refletida no discurso militar, sem, no entanto, eliminar a ideia da importância da tomada de poder em 1964 como propulsor da modernização do país e base para a transição democrática.

Tal flexibilização da retórica foi mantida a partir da posse do primeiro presidente eleito após o período ditatorial, em 1989. Desde então, nos discursos institucionais, começaram a aparecer argumentos mais alinhados com a nova realidade democrática.

Esta percepção aumentou no governo de Fernando Henrique Cardoso, em virtude da sua militância de esquerda durante a ditadura. De acordo com Santos,

Em 1995, na presidência de Fernando Henrique Cardoso, pela primeira vez não foi publicada uma ordem do dia referente ao 31 de março. Segundo O Globo noticiou à época, os militares não fizeram o tradicional ritual em atenção ao presidente Fernando Henrique. De acordo com a reportagem do jornal carioca, oficiais de alto escalão que preferiram não se identificar afirmaram que era lógico não comemorar o 31 de março uma vez que o presidente era da esquerda. Disse um oficial de alta patente da Marinha: “É óbvio que não vamos comemorar uma revolução quando os nossos dirigentes máximos de hoje, na época, eram todos da esquerda”, enquanto que outro, da Aeronáutica, afirmava que não havia “motivos para comemorar

⁹ Com exceção do ano de 1996, quando não há discurso. Para os anos de 1997 e 1998, também não podemos afirmar a existência dos discursos, pois não os localizamos.

num governo em que todos eram do outro time” (O Globo, 31 de março de 1995, p. 6).

Vale acrescentar que, em 4 de dezembro de 1995, foi promulgada a Lei nº 9.140, Lei dos Mortos e Desaparecidos Políticos, que criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP) e representou o reconhecimento pelo Estado das responsabilidades de agentes públicos por atos repressivos durante a ditadura, incluindo sequestro, tortura, prisão, assassinato. Além disso, permitia a requisição de atestados de óbito e o recebimento de indenizações por parte dos familiares dos desaparecidos (Brasil, 1995).

Na sequência veio, em 2009, o projeto *online* “Memórias Reveladas”, também conhecido como “Centro de Referências para as Lutas Políticas no Brasil (1964-1985)”, supervisionado pelo Arquivo Nacional e voltado a disponibilizar ao público informações sobre a história política do Brasil. Por fim, a Lei de Acesso à Informação (LAI), de 18 de novembro de 2011 (Brasil, 2011a), regulamentando o direito constitucional dos cidadãos de acesso à informação, e a Comissão Nacional da Verdade (CNV) (Brasil, 2011b), sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, nesta mesma data, e instalada oficialmente em 16 de maio de 2012, visando investigar violações de direitos humanos por agentes do Estado no Brasil entre 1946 e 1988.

É nessa conjuntura que a defesa da memória do regime de uma forma mais enfática migrou da esfera institucional para a informal, e passou a ser liderada pelos militares da reserva. Inicialmente de forma mais discreta, através da realização de pequenas celebrações em que se rememorava o “31 de março”, como é o caso, por exemplo, da missa realizada no ano de 1989 na Igreja de Santa Cruz dos Militares, que contou com a presença de oficiais de alto escalão já na reserva, dentre eles, o general João Batista Figueiredo, ex-presidente da República (Santos, 2012, p. 7). Em outros momentos, de uma forma explicitamente política, como quando militares da reserva associados do Clube Naval, insatisfeitos com a não publicação da ordem do dia referente ao “31 de março”, em 1995, e alegando que a nação e os elementos mais jovens das Forças Armadas precisavam estar informados sobre os reais motivos da eclosão e sobre os propósitos do movimento, apresentaram uma moção sugerindo que a entidade publicasse uma mensagem em comemoração à data no boletim do Clube (Santos, 2012, p. 10). Somam-se a essas iniciativas coletivas outras, de caráter individual, como a publicação de livros: o segundo do coronel Carlos Alberto Brillante Ustra, *A verdade sufocada* (2006), e de *BACABA – Memórias*

de um guerreiro de selva da Guerrilha do Araguaia (2007) e *BACABA II – Toda a verdade sobre a Guerrilha do Araguaia e a Revolução de 1964* (2011), de autoria do tenente José Vargas Jimenez, que, quando ainda era segundo sargento do Exército, atuou na repressão à guerrilha do Araguaia.

Tais ações não significam o abandono da defesa do regime pela instituição. Basta lembrarmos que, em 1999, um dos últimos atos do ministro do Exército, general Gleuber Vieira, antes da substituição desta pasta pelo Ministério da Defesa, foi a aprovação do projeto de História Oral do Exército sobre o 31 de Março de 1964. Por conta desta iniciativa, foram entrevistadas 250 pessoas, entre civis e militares, e, como consequência, foi publicada, em 2003, pela Biblioteca do Exército (Bibliex), uma coleção com 15 tomos.

Coordenada pelo general da reserva Aricildes de Moraes Motta, a coleção *1964 – 31 de Março: o movimento revolucionário e a sua história*, traz, na quarta capa de todos os tomos, trechos de editoriais e matérias jornalísticas de *O Globo*,¹⁰ *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã* elogiando o movimento e o regime, de modo a reforçar a afirmação sempre presente nos discursos militares de que a imprensa deu todo o apoio às Forças Armadas em 1964.

O objetivo do Exército quando determinou a consecução desse projeto era manter viva a memória da instituição, sustentando que, em 1964, ocorreu no país uma “revolução democrática” e não um golpe de Estado que implantou uma ditadura. A ideia central que perpassa os depoimentos é a defesa da tese de que os militares livraram o país do comunismo e trouxeram paz e prosperidade para uma nação que se encontrava mergulhada no caos econômico, político e social. O lançamento desta coleção foi o último grande movimento oficial em defesa do golpe e da ditadura. De forma concreta, atualmente, firma-se a mudança com relação ao *locus* de defesa institucional do golpe e da ditadura: saem de cena os oficiais da ativa e os meios e cerimônias oficiais de divulgação/celebração e entram os militares da reserva e os espaços privados, como os clubes militares, *sites* e *blogs*. Ainda que não mais hegemônica, a memória institucional sobre o golpe e a ditadura recusa-se a descer ao subterrâneo.

A defesa da memória institucional pelos militares da reserva

A escolha dos espaços privados para discussão da política do Exército, principalmente pelos oficiais da reserva, tem uma lógica: estes espaços, em tese, não estão sujeitos

¹⁰ Recentemente, *O Globo* publicou um editorial em que busca fazer um “mea culpa” sobre o seu apoio ao golpe e à ditadura, admitindo que esta opção foi um erro. Tal ação é um exemplo de que a (re)construção de memória não está limitada aos militares (O Globo, 2013).

a uma repressão institucional mais profunda, em virtude da codificação jurídica, como o Regulamento Disciplinar do Exército, que trata de maneira particular esse segmento. Apesar de o parágrafo primeiro do artigo 40 dar competência ao Comandante do Exército de aplicar toda e qualquer punição disciplinar a que estão sujeitos os militares da ativa e da inatividade (Brasil, 2002), essas punições, normalmente, são menos traumáticas do que as que incidem sobre os militares que estão na situação de atividade, em virtude de que, por estarem inativos, as possíveis punições administrativas que esses militares possam vir a sofrer não representam perda de patente, prejuízo na carreira, nem redução financeira. Portanto, tais espaços permitiam uma liberdade crítica que, na nova realidade política, interessava aos defensores da memória institucional.

O Clube Militar

Um primeiro exemplo de espaço de manutenção da memória institucional e do debate político é o Clube Militar, que pode ser definido como:

Associação civil, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, fundada em 26 de junho de 1887. Tem como principais objetivos “estreitar os laços de união e solidariedade entre os oficiais das forças armadas”, “depois os interesses dos sócios e pugnar por medidas acauteladoras dos seus direitos” e “incentivar as manifestações cívicas e patrióticas e interessar-se pelas questões que firam ou possam ferir a honra nacional e militar” (Lamarão, 2001, p. 1383-1389).

O Clube Militar é a única instituição militar que abriga oficiais da Marinha, Exército e Aeronáutica. Podem ser admitidos como sócios efetivos os oficiais da ativa, da reserva e reformados. A agremiação conta com uma publicação mensal, a *Revista do Clube Militar*.

Durante os anos 1940-1960, o Clube Militar foi um importante local de discussão política não só nos seus aspectos estritamente militares, mas também em termos mais gerais, como foi o caso do intenso debate sobre a forma de exploração do petróleo. Contudo, após passar por ampla reformulação nos aspectos relacionados à militância política, que caminhou pelos debates envolvendo nacionalistas e conservadores, nos anos 1940-1960, e a defesa do regime instituído em 1964, o Clube Militar perdeu sua importância política e, no pós-Constituição de 1988, manteve esse aspecto. Entretanto, a necessidade de debate político e de uma manifestação mais livre fora do Exército fez com que fosse transformado, novamente, em espaço de formulação e de discussão de opções políticas. Obviamente, o Clube Militar não voltou a ter a

importância de outrora. Sua expressão política, hoje, em nada lembra a que teve até os anos 1960. Essa realidade, contudo, não invalida a afirmação de que há uma tentativa interna de recuperar, ainda que parcialmente, o prestígio do passado e de se apresentar como vetor da defesa de determinada memória sobre 1964.

Indícios da inserção do Clube Militar nessa “batalha das memórias” podem ser notados ainda em 1996, quando o general Hélio Ibiapina assumiu a presidência da entidade. Durante essa gestão, houve uma intensificação dos esforços de reafirmação da memória institucional sobre o golpe. Com esse objetivo, a *Revista do Clube Militar* passou a dar mais destaque ao “31 de março” e ao regime. Em paralelo, foi incentivada a criação de grupos entre oficiais da reserva direcionados à obtenção do apoio da sociedade à causa da “revolução” e à crítica às entidades de defesa dos direitos humanos em luta pela reparação aos cidadãos que sofreram a ação do Estado durante a ditadura (Santos, 2012, p. 10-11). Esta posição perdurou e, em 1999, o Clube Militar preparou um livreto com discurso de oficiais voltados a manter viva e divulgar a memória militar sobre o “31 de março”, objetivo que transparece novamente em um editorial da *Revista do Clube Militar* assinado pelo ainda presidente do Clube Militar, general Hélio Ibiapina, em 2001, do qual extraímos o seguinte fragmento:

Hoje, quase todos os militares em serviço ativo apenas ouviram falar do que aconteceu em 31 de março de 64. Militares e civis, na reserva ou na ativa, e milhões de jovens sofrem, atualmente, tremendo e eficaz bombardeio de histórias falsas e informações distorcidas, mentiras lançadas a todo momento e em todas as direções, procurando modificar a História. É, portanto, imprescindível que se diga e repita, até a exaustão, o que aconteceu, como aconteceu e por que aconteceu, naquelas jornadas (citado por Santos, 2012, p. 13).

Com as celebrações oficiais cada vez mais esvaziadas, o Clube Militar tornava-se, talvez, o principal *locus* de divulgação da memória institucional sobre o golpe de 1964. Nesse sentido, em 16 de fevereiro de 2012, o portal da entidade publicou um manifesto à nação, que findou por produzir tensões entre os militares da reserva e o governo federal.

Assinado pelos presidentes dos três clubes de oficiais militares, o texto apresenta como ponto alto a crítica à presidenta Dilma Rousseff e a acusação às ministras Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e Eleonora Menicucci, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil, de declarações que comprovariam estarem elas a

serviço do que foi classificado como “minorias sectárias”, dispostas a reabrir feridas do passado:

Manifesto Interclubes Militares

[...]

Logo no início do seu mandato, os Clubes Militares transcreveram a mensagem que a então candidata enviara aos militares da ativa e da reserva, pensionistas das Forças Armadas e aos associados dos Clubes. Na mensagem a candidata assumia vários compromissos. Ao transcrevê-la, os Clubes lhe davam um voto de confiança, na expectativa de que os cumprisse.

Ao completar o primeiro ano do mandato, paulatinamente vê-se a Presidente afastando-se das premissas por ela mesma estipuladas. Parece que a preocupação em governar para uma parcela da população sobrepuja-se ao desejo de atender aos interesses de todos os brasileiros. Especificamente na semana próxima passada, e por três dias consecutivos, pode-se exemplificar a assertiva acima citada.

Na quarta-feira, 8 de fevereiro, a Ministra da Secretaria de Direitos Humanos concedeu uma entrevista [...], na qual mais uma vez asseverava a possibilidade de as partes que se considerassem ofendidas por fatos ocorridos nos governos militares pudessem ingressar com ações na justiça, buscando a responsabilização criminal de agentes repressores, à semelhança ao que ocorre em países vizinhos. Mais uma vez esta autoridade da República sobrepuja sua opinião à recente decisão do STF, instado a opinar sobre a validade da Lei da Anistia. E, a Presidente não veio a público para contradizer a subordinada.

Dois dias depois tomou posse como Ministra da Secretaria de Política para as Mulheres a Sra. Eleonora Menicucci. Em seu discurso a Ministra, em presença da Presidente, teceu críticas exacerbadas aos governos militares e, [...], ressaltou o fato de ter lutado pela democracia (sic), ao mesmo tempo em que homenageava os companheiros que tombaram na refrega. A platéia aplaudiu a fala, incluindo a Sra. Presidente. Ora, todos sabemos que o grupo ao qual pertenceu a Sra. Eleonora conduziu suas ações no sentido de implantar, pela força, uma ditadura, nunca tendo pretendido a democracia. Para finalizar a semana, o Partido dos Trabalhadores, ao qual a Presidente pertence, celebrou os seus 32 anos de

criação. Na ocasião foram divulgadas as Resoluções Políticas tomadas pelo Partido. Foi dado realce ao item que diz que o PT estará empenhado junto com a sociedade no resgate de nossa memória da luta pela democracia (sic) durante o período da ditadura militar. Pode-se afirmar que a assertiva é uma falácia, posto que quando de sua criação o governo já promovera a abertura política, incluindo a possibilidade de fundação de outros partidos políticos, encerrando o bi-partidarismo.

Os Clubes Militares expressam a preocupação com as manifestações de auxiliares da Presidente sem que ela, como a mandatária maior da nação, venha a público expressar desacordo com a posição assumida por eles e pelo partido ao qual é filiada e aguardam com expectativa positiva a postura de Presidente de todos os brasileiros e não de minorias sectárias ou de partidos políticos. [...] (Cabral, 2012).

A publicação do manifesto repercutiu em jornais e na internet e acirrou os debates sobre o golpe, a ditadura e o processo político atual. Poucos dias depois, foi excluído do portal. Justificando tal ação, em uma nota lacônica – também logo retirada do site – os presidentes dos Clubes Militares se limitaram a afirmar que desautorizavam o documento do dia 16.¹¹ Contudo, as críticas presentes no documento foram apropriadas por grupos constituídos especialmente por militares da reserva que elaboraram outro documento e o difundiram através de sites e blogs de militares e por parentes de militares com perfis conservadores.

Os sites e blogs

A partir da criação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, em meados dos anos 1990, intensificaram-se os clamores pela punição dos agentes do Estado responsáveis por sequestros, torturas e mortes durante a ditadura. Temerosos de que essas pressões se transformassem em uma revisão da Lei da Anistia, militares, em sua maioria da reserva, organizaram-se em grupos voltados para a defesa dos acusados por tais crimes. Essas iniciativas prosperaram e geraram sites e blogs que têm se transformado em novos locais de preservação da memória institucional e vêm contribuindo para alimentar tensões entre os defensores e os críticos dessa memória.¹²

¹¹ Oficialmente, o governo não expediu nenhuma determinação de retirada do manifesto. Por sua vez, jornalistas atribuíram tal ordem ao comandante do Exército, general Enzo Perri (cf. O Globo, 2012). Contudo, como veremos mais adiante, os grupos de militares que assumiram a defesa do teor da nota acusaram o ministro da Defesa, Celso Amorim, de ter pressionado os comandantes das três Forças Armadas para que o documento fosse retirado do site.

¹² Dado o uso recente em pesquisas na área de história, não há, ainda, uma elaboração metodológica firmada para o uso de blogs e sites como fontes. Em função disso, como instrumental de análise, baseamo-nos no método apresentado por Laurence Bardin (1977) para análise de conteúdos. Com base nesse modelo, procuramos recortar as mensagens em unidades de registro. Como o tema da pesquisa passa pela memória construída em torno do golpe de 1964, as unidades de registros consideradas são os “temas-eixo” ao redor dos quais os portais organizaram seus discursos. Como tal, as temáticas de base fazem referência ao golpe e à ditadura (“revolução” nos termos apresentados). Em torno delas, surgem subtemas como comunismo, terrorismo, entre outros.

Um desses sites é o do *Grupo Terrorismo Nunca Mais* (*Ternuma*) (Grupo Terrorismo Nunca Mais, s.d.[a]).

Com sede no Rio de Janeiro, o *Ternuma* afirma que “pretende mostrar a história das ações terroristas praticadas por maus brasileiros”. Em 10 de setembro de 2012, 14 anos depois de ter sido criado o grupo, o site já tinha atingido a marca de mais de 2 milhões de acessos. Hoje, aproxima-se dos 3 milhões.¹³ Atualmente, o presidente do grupo é um general de brigada da reserva, Valmir Fonseca Azevedo Pereira, e um dos principais debates registrado no site foi uma campanha de solidariedade ao coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, classificado como um “bode expiatório” que a Comissão Nacional da Verdade tenta levar ao banco dos réus (Ribeiro, 2011).

A estrutura do site privilegia assuntos como: “Revanchismos”, “Justiçamentos”, “O Baú da Verdade”, “Artigos”, “Verdades Históricas”, “Contraponto”, “Para Meditar”, “Memorial” e “Biblioteca”. Uma rápida leitura comprova o direcionamento ideológico do grupo e a intenção de manter viva determinada versão sobre o golpe e a ditadura:

Reunidos em 25 de julho de 1998, 32 anos passados das hediondas explosões do Recife, um punhado de democratas civis e militares, inconformados com a omissão das autoridades legais e indignados com a desfaçatez dos esquerdistas revanchistas, organizou o grupo “TERRORISMO NUNCA MAIS” (TERNUMA), a fim de resgatar a verdadeira história da Revolução de 1964 e, mais uma vez, opor-se a todos aqueles que ainda teimam em defender os referenciais comunistas, travestidos como se fossem democráticos (Grupo Terrorismo Nunca Mais, s.d.[b]).

Em face desse objetivo declarado, faz todo o sentido que o site tenha republicado o “Manifesto Interclubes Militares” e, posteriormente, postado artigos em apoio ao manifesto e em regozijo pela constatação do “poder de aglutinação e difusão da internet, haja vista o número de cidadãos, militares e civis, que colocaram e continuam a colocar seus nomes na lista de apoio às mensagens” (Cf. Chagas, s.d.).

Outro site importante nesse processo de preservação da memória militar sobre o golpe de 1964 é o do *Grupo Inconfidência*.¹⁴ Fundado em 1994, em Belo Horizonte, apresenta como finalidade definida em sua página principal o combate ao comunismo e à corrupção,

o fortalecimento das Forças Armadas e a defesa da vida, da família e dos valores da sociedade.

Assim como o *Ternuma*, o *Grupo Inconfidência* tem por objetivo um enfrentamento ideológico contra o comunismo, conclamando os militares a assumirem uma postura de ataque contra um movimento que, segundo os articuladores do site, quer transformar o Brasil numa nova Cuba (Grupo Inconfidência, s.d.).

Além da página na web, o grupo produz um jornal impresso de mesmo nome, que, justificado no objetivo de trazer à tona a “verdade dos fatos”, traduz em seus artigos os objetivos políticos gerais da organização, enquanto defende determinada versão sobre acontecimentos do passado e do presente. Em edições especiais do periódico, tanto naquelas estritamente ligadas ao regime, como “O 31 de março de 1964” e “O livro negro do terrorismo no Brasil”, quanto nas de temáticas distintas, como “Inten-tona Comunista de 1935”, “A comunização da educação no Brasil”, “Duque de Caxias” e “O Brasil e a Segunda Guerra Mundial”, nota-se a presença de estereótipos voltados a reforçar determinada construção memorialística sobre os eventos de março/abril de 1964, sobre o período ditatorial e sobre o processo político brasileiro, de modo mais geral. São comuns expressões como “movimento cívico-militar de 31 de março de 1964” e “Revolução Democrática brasileira”, para denominar o golpe de 1964, e, sem maiores rigores teórico-metodológicos, afirmações de que a esquerda brasileira preparava um golpe de Estado ou que o Brasil estava (e ainda está) em um processo de comunização (Grupo Inconfidência, s.d.).

Um terceiro site que merece menção é o *A Verdade Sufocada* (*A Verdade Sufocada*, s.d.).¹⁵ Todavia, neste caso, é preciso aprofundar um pouco mais a análise, visto que ele se tornou, no início de 2012, após a retirada do ar do “Manifesto Interclubes Militares”, o principal espaço para a exposição de opiniões por parte dos militares da reserva, dando prosseguimento ao debate iniciado pelo Clube Militar.

Em sua página principal, nota-se, assim como nos outros sites analisados, o objetivo de participar do debate político com uma argumentação mais radical. De imediato, é possível observar a propaganda do lançamento da 8ª edição do livro *A verdade sufocada*, do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra.

Assim como os demais, o site *A Verdade Sufocada* está estruturado de forma a tornar-se um lugar de debate político e de manutenção de uma memória institucional.

¹³ Ainda que os números sobre os acessos sejam passíveis de manipulação e nem todo visitante seja um apoiador das teses publicadas, o *Ternuma*, até mesmo pelas críticas que recebe, pode ser considerado como um dos principais veículos de divulgação da memória institucional sobre o golpe e a ditadura. Sua página no Facebook, criada em abril de 2012, ou seja, no auge da questão política que o presente artigo aborda, atualmente, já foi “curtida” por mais de 3 mil pessoas. Uma busca pelo termo “Ternuma” no Google apresenta quase 50 mil resultados. Tais dados, cremos, justificam a sua seleção como objeto de pesquisa.

¹⁴ O site do *Grupo Inconfidência* não apresenta contagem do número de acessos.

¹⁵ Há outros sites e blogs com o mesmo perfil. Optamos por nos restringirmos a estes três por considerá-los mais representativos.

Comprova-se esta opção através de um breve levantamento das temáticas presentes na área de “Notícias”: FARC, MST, Política Externa, Política Interna, Eleições, Corrupção, Forças Armadas e Contrarrevolução de 1964. Já na área apresentada como “Especial”, encontramos os seguintes índices: Memórias reveladas, Projeto ORVIL, Vale a pena ler de novo, Você sabia?, Indenizações, Revanchismo, Comissão da Verdade, Luta armada, Anistia, Foro de São Paulo, e Doutrinação. Com relação ao seu alcance, em 25 de setembro de 2012, o site já tinha atingido a marca de mais de 9 milhões de acessos. Atualmente, ultrapassou a dos 20 milhões, o que comprova o interesse que os debates polêmicos do grupo despertam.¹⁶

Como mencionado anteriormente, em fevereiro de 2012 foi publicado um manifesto dos Clubes Militares com críticas à presidenta da República e a duas ministras. Retirado do portal do Clube Militar, as avaliações negativas presentes no documento foram apropriadas pelo grupo *A Verdade Sufocada*, que optou por lançar outro manifesto, no dia 28 de fevereiro, intitulado “Alerta à Nação – Eles que venham, aqui não passarão”, em defesa da posição expressada pelos presidentes dos Clubes Militares:

Alerta à Nação

“ELES QUE VENHAM. POR AQUINÃO PASSARÃO!”

Este é um alerta à Nação brasileira, assinado por homens cuja existência foi marcada por servir à Pátria, tendo como guia o seu juramento de por ela, se preciso for, dar a própria vida. São homens que representam o Exército das gerações passadas e são os responsáveis pelos fundamentos em que se alicerça o Exército presente. Em uníssono, reafirmamos a validade do conteúdo do Manifesto publicado no site do Clube Militar, [...], e dele retirado, [...], por ordem do Ministro da Defesa, a quem não reconhecemos qualquer tipo de autoridade ou legitimidade para fazê-lo.

O Clube Militar é uma associação civil, não subordinada a quem quer que seja, a não ser a sua Diretoria, eleita por seu quadro social, tendo mais de cento e vinte anos de gloriosa existência. Anos de luta, determinação, conquistas, vitórias e de participação efetiva em casos relevantes da História Pátria.

A fundação do Clube, em si, constituiu-se em importante fato histórico, produzindo marcas sensíveis no contexto nacional, ação empreendida por homens determinados, gerada entre os episódios sócio-políticos e militares que marcaram o final do século XIX.

Ao longo do tempo, foi partícipe de ocorrências importantes como a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, a questão do petróleo e a Contra-revolução de 1964, [...].

O Clube Militar não se intimida e continuará atento e vigilante, propugnando comportamento ético para nossos homens públicos, [...] defendendo a dignidade dos militares, hoje ferida e constrangida com salários aviltados e cortes orçamentários, estes últimos impedindo que tenhamos Forças Armadas (FFAA) à altura da necessária Segurança Externa e do perfil político-estratégico que o País já ostenta. FFAA que se mostram, em recente pesquisa, como Instituição da mais alta confiabilidade do Povo brasileiro (pesquisa da Escola de Direito da FGV-SP).

O Clube Militar, sem sombra de dúvida, incorpora nossos valores, nossos ideais, e tem como um de seus objetivos defender, sempre, os interesses maiores da Pátria. Assim, esta foi a finalidade precípua do manifesto supracitado que reconhece na aprovação da “Comissão da Verdade” ato inconseqüente de revanchismo explícito e de afronta à lei da Anistia com o beneplácito, inaceitável, do atual governo [...]. (Figueiredo et al., 2012).

Além de considerar a criação da Comissão da Verdade como um ato revanchista, de agressão à Lei da Anistia, sobressai a crítica à interferência do governo no site do Clube Militar e o veto ao texto crítico ao governo ali publicado.

As tensões aumentaram quando o ministro da Defesa, Celso Amorim, decidiu, em conversa com os três comandantes militares, que os cem oficiais da reserva que inicialmente assinaram o manifesto seriam punidos pelo ato de indisciplina por suas respectivas forças. Em consequência desse primeiro embate com o ministro da Defesa, houve a reação dos militares da reserva e o aumento da adesão ao manifesto contra o governo. Como no passado, os civis também assinaram o texto.

Atualizado diariamente, como podemos observar pelo Quadro 2, o número de adesões cresceu gradativamente, saindo das cem assinaturas iniciais até atingir a marca de 2.963, no dia 09 de junho de 2012.

As primeiras observações mostram claramente o processo de rápida adesão que o debate político proporcionou. Entre os primeiros dias de março até a última atualização, no dia 09 de junho, o crescimento foi constante. No entanto, é particularmente observável a retirada de determinadas adesões em contraposição ao objetivo central

¹⁶ Da mesma forma como acontece com o *Ternuma*, salientamos que os números de acesso apresentados estão sujeitos às manipulações. Contudo, acreditamos que grande parte dos que navegaram em sua página estavam movidos pelo despertar de antigas e novas tensões políticas que os discursos promovem. As quase 3 mil assinaturas de apoio ao manifesto, de que falaremos oportunamente, corroboram essa hipótese. No entanto, também não há dúvida de que uma parcela desses acessos é de pesquisadores com objetivos de análises diversos.

Quadro 2. Adesão ao Manifesto dos Militares da reserva.

Chart 2. Adherence to the Manifesto of the reserve military.

Atualização do dia 03/03					
Generais	61	Desembargador TJ/RJ	01	Coronéis	258
Tenentes Coronéis	55	Majores	11	Capitães	17
Tenentes	20	Subtenentes	15	Sargentos	15
Cabos	02	Soldado	01	Civis	191
Total	647				
Atualização do dia 04/03					
Generais	77	Desembargador TJ/RJ	01	Coronéis	338
Tenentes-Coronéis	67	Majores	13	Capitães	29
Tenentes	36	Subtenentes	23	Sargentos	21
Cabos/Soldados	05	Civis	289		
Total	906				
Atualização do dia 05/03					
Generais	81	Desembargador TJ/RJ	01	Coronéis	384
Tenentes-Coronéis	92	Majores	22	Capitães	44
Tenentes	56	Civis	332		
Total	1.012				
Atualização do dia 10/03					
Generais	98	Desembargador TJ/RJ	01	Coronéis	559
Tenentes-Coronéis	132	Majores	26	Capitães	69
Tenentes	102	Civis	645		
Total	1.634				
Atualização do dia 09/06					
Oficiais Gerais	130	Desembargador TJ/RJ	01	Coronéis e Capitão de Mar e Guerra	877
Tenentes-Coronéis e Capitães de Fragatas	232	Majores e Capitães de Corvetas	48	Capitães e Capitães-Tenentes	115
Tenentes	154	Aspirantes	07	Civis	1.399
Total	2.963				

de conquistar novos simpatizantes à posição defendida por estes militares.

No dia 06 de março, a responsável pelo *site*, Maria Joseita Brilhante Ustra, registrou na página a informação de que a coordenação do manifesto havia solicitado a retirada do nome dos praças que aderiram e que ela estava aguardando as justificativas para esse pedido. No mesmo dia, foi publicada uma nova nota intitulada: “Retiradas de nomes e não aceitação de adesões – Nota da coordenação do ‘Alerta Brasil’”. No comunicado a responsável justifica

a ação como sendo uma tentativa de não aumentar as tensões, agora entre oficiais e praças, o que poderia resultar em mais uma divisão interna entre esses militares.

O discurso tenta fundamentar juridicamente a retirada dos nomes, alegando que o ato se baseia rigorosamente na lei e que, apesar de agradecidos pela solidariedade e união demonstrada, não inscreveriam na listagem de apoiadores os nomes de oficiais e praças da ativa. Da mesma forma, não registrariam as adesões de praças da reserva e reformados, para evitar margem a explorações

negativas, pois tratava-se de questão surgida no âmbito do Clube Militar, o qual congrega, unicamente, oficiais (A Verdade Sufocada, 2012).

É interessante notar, também, que quase a metade das adesões foram feitas por civis, enquanto a outra metade foi constituída por militares da reserva das três forças: Exército, Marinha, e Aeronáutica. Esse conjunto de adesões, somado ao conjunto de apoio cujos nomes foram retirados, leva ao questionamento sobre o grau de inserção social das teses defendidas por tal grupo.

No que se refere às lembranças de 1964 e do regime, Celso Castro classifica os militares em três gerações: a primeira é composta pelos remanescentes do regime que viveram o apogeu de suas carreiras durante aquele período. Ou seja, são oficiais da reserva que, de uma maneira geral, defendem a ideia de que agiram como democratas com o objetivo de salvar o Brasil do perigo comunista, sentem-se injustiçados e ressentidos com o estigma que caiu sobre as Forças Armadas a partir da anistia, procuram resgatar a “verdade dos fatos”, enfatizando o apoio que teriam recebido em 1964 e negam ou ocultam a repressão ocorrida durante a ditadura. Reunindo-se basicamente no Clube Militar e em pequenos grupos de direita, promovem celebrações públicas regulares sobre a “revolução”, mas, de acordo com Castro, esta geração, devido à idade dos seus membros, tende a desaparecer rapidamente.

A segunda seria formada pelos chefes militares que chegaram ao apogeu de suas carreiras após a transição. Na maioria, também já estariam na reserva, defendem a atuação militar durante o regime, mas seriam mais tolerantes em relação às críticas sobre a atuação militar durante os anos de ditadura, evitam menções públicas ao regime e afirmam preferir que essa página da história fosse virada através de uma anistia histórica para “os dois lados”.

A terceira geração tem como base os oficiais mais jovens, ainda na ativa e distantes corporativa e emocionalmente do regime. São originários de famílias de militares, o que provoca um isolamento sociológico do oficialato, e sofrem com a perda de prestígio e com o estigma que recaiu sobre os militares a partir da transição (Castro, 2008, p. 140-141).

Seguindo esta classificação, podemos enquadrar os militares envolvidos no debate de 2012 na primeira geração. Estando este grupo em vias de desaparecimento pela questão etária, seria lógico supor que as tensões por ele provocadas não tardariam a se perder no tempo. Contudo, será que suas ideias também desaparecerão por consequência? Será que a grande adesão ao manifesto de solidariedade ao Clube Militar – que só não foi maior porque os nomes de oficiais e praças da ativa não foram registrados – e o gigantesco número de acessos aos *sites*

não sugerem que tal ponto de vista ainda apresenta um forte apoio, interno e externo?

Nesse caso, é possível afirmar que há uma memória sobre o período 1964-1985 que, embora menos celebrada, recusa-se a descer definitivamente aos porões da história. Portanto, a possibilidade de que surjam novos embates em um horizonte próximo não pode ser descartada.

Há outra advertência que precisa ser feita e que também apresenta um valor significativo na “guerra das memórias”: apesar de contundente, a crítica destes oficiais da reserva não pode ser considerada como representativa de toda a oficialidade inativa. Ao mesmo tempo em que há militares de alta patente que defendem, através de celebrações e manifestos, o direito à memória institucional sobre a “Revolução Democrática” de 1964 e criticam a implantação da Comissão da Verdade e a revisão da Lei da Anistia, outro grupo de oficiais militares, estes cassados após o golpe de 1964, defende uma posição contrária.

A reação dos militares da reserva cassados

Como já mencionado, a supremacia de determinada memória não significa a inexistência de outras vozes. Em geral, essas memórias “proibidas” sobrevivem guardadas em estruturas de comunicação informais (famílias, associações, etc.). Os militares que lutaram contra o golpe e a ditadura utilizaram-se justamente de associações que reúnem cassados pela ditadura como meio de preservação não apenas de suas memórias, mas de sua luta.

Até meados da década de 1970, assim como outros grupos de oposição ao regime, esses homens tiveram dificuldade para lutar de uma forma mais efetiva por suas ideias e direitos. Mas, no contexto da distensão, com menor repressão, insatisfeitos com a versão final da Lei da Anistia, os militares cassados encontraram forças e apoio para protestarem. Desde então, eles organizaram inúmeras ações no sentido de denunciar essa lei como insuficiente e de tentar ampliar o seu escopo.

Mas, além de insatisfeitos com a Lei da Anistia, eles também se mostram interessados em participar da batalha pela memória pública e do debate político de forma mais geral. Esse intento revela-se em iniciativas como o projeto anunciado pelo professor Ivan Cavalcanti Proença (2004, p. 163-165), capitão do exército em 1964, cassado e membro da Associação Democrática e Nacionalista dos Militares (ADNAM), de, em resposta à série de livros lançada pela Biblioteca do Exército, publicar as memórias dos militares punidos pelo regime. Além de ações como essa, por natureza mais trabalhosas e demoradas, há o esforço pela participação política mais cotidiana, do qual

é exemplo a intervenção no citado debate de 2012, quando os oficiais cassados após o golpe de 1964 decidiram escrever uma resposta aos militares que criticaram a presidenta Dilma, duas ministras e a implantação da Comissão da Verdade e a revisão da Lei da Anistia:

Aos brasileiros:

Na condição de Oficiais Reformados, sócios dos Clubes Militares, somos forçados a discordar do abaixo assinado subscrito por vários Oficiais da Reserva, em apoio ao recente Manifesto dos Presidentes dos Clubes, que foi retirado do site do Clube Militar, após terem recebido ordens dos Comandantes das Forças, que, numa atitude exemplar e equilibrada, recomendaram que o fizessem. Esse documento continha referências à Presidente Dilma Rousseff, por não censurar seus Ministros, que fizeram “críticas exacerbadas aos governos militares”. Agora, esse abaixo assinado, subscrito por esses Oficiais (da Reserva e Reformados) e também pelo Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-Codi, aparelho de repressão da Ditadura em São Paulo, que está sendo acusado na Justiça de torturar presos políticos (crimes que ele nega), refere-se de modo desafiador ao Ministro da Defesa, Celso Amorim, “a quem não reconhecem qualquer tipo de autoridade ou legitimidade para fazê-lo”, o que, a nosso juízo, além de ser um comportamento desrespeitoso, inaceitável na vida militar, configura, indubitavelmente, uma insubordinação, uma “quebra da disciplina e da hierarquia”. [...]

Queremos, desde logo, restabelecer uma verdade, que os Presidentes dos Clubes Militares e alguns desses senhores teimam em não reconhecer, a de que o verdadeiro regime democrático é o que estamos vivendo, e não aquele dos “governos militares”, que não permitiriam, jamais, tais “diferenças de opinião, de crença e de orientação política” [...] (Moreira e Santa Rosa, 2012).

Redigida pelos capitães de Mar e Guerra Luiz Carlos de Souza Moreira e Fernando de Santa Rosa, dois oficiais superiores da reserva da Marinha de Guerra brasileira, sócios de Clubes Militares, a carta “Militares em Defesa da Democracia” revela que as divergências existentes no interior da caserna anteriores a 1964 continuam existindo. No texto, os oficiais cassados em setembro de 1964 por exercerem cargos de confiança em gabinetes de oficiais contrários à derrubada do presidente João Goulart, além de chamarem o manifesto escrito pelos colegas de insensato, lamentam que, no passado, militares das Forças Armadas tenham praticado tortura e outros crimes. Um dos signatários desse documento que demonstra diferentes opiniões entre os militares da reserva foi o brigadeiro Rui

Moreira Lima, piloto veterano da II Guerra Mundial, também cassado após o golpe de 1964 e que faleceu em 2013.

A questão etária é um problema que este grupo, assim como a primeira geração dos militares que defendem a memória institucional sobre 1964, sofre: em função da idade avançada de muitos de seus membros e a consequente perda de membros importantes e catalisadores, como era caso do brigadeiro Rui Moreira Lima, geram o temor de que as associações em que eles se aglutinam desapareçam e, com elas, muito de suas lutas e lembranças. Além disso, esse grupo tem que superar obstáculos impostos pela memória coletiva construída sobre a ditadura, visto que dela resultou a vitimização absoluta dos civis e a negatização da categoria militar. Gerou-se, então, a dicotomia: de um lado, os civis, o certo, o democrático, o bom; de outro, os militares, o errado, o autoritário, o mal. Esta visão contribuiu para sufocar a existência de um conflito político-ideológico anterior a 1964, no qual havia civis e militares em ambos os lados. A vantagem desse grupo em relação à geração contemporânea que defende o golpe é que suas lutas têm uma magnitude que ultrapassa a defesa de uma memória corporativa. Seus interesses são mais plurais e tendem a se coadunar com os esforços de associações que defendem os direitos humanos, em particular os dos que sofreram a repressão do Estado durante os 21 anos de ditadura. Como tal, ainda que este grupo desapareça, suas posições nas batalhas da memória e da política tendem a prosseguir.

Conclusão

É muito provável que batalhas que perpassem pela questão da memória sobre 1964 continuem acontecendo. Enquanto a Comissão Nacional da Verdade estiver atuante, o debate permanecerá e, dependendo da consequência de seus trabalhos – especialmente no que se refere à pressão pela revisão da Lei da Anistia –, poderá ficar ainda mais tenso. Os militares da reserva que participaram do aparelho repressivo do Estado temem que isto resulte em punições. Como resposta e prevenção, robustecem a defesa de uma memória de valorização do golpe e da ditadura, e não dão mostras de que recuarão em seu intento de revelar o que consideram ser a “verdade histórica” sobre o período, entre outros elementos, a importante participação civil. No entanto, o que está em jogo é muito mais do que a validação de determinada memória como verdadeira.

A construção da memória é um processo complexo. Dentre outras características, ela é coletiva, seletiva e constituída na interação permanente entre passado e presente. No caso do golpe e da ditadura, a memória “oficial” os definiu como exclusivamente militares, gerando um estigma sobre toda a categoria – o que atinge tanto os

militares que defenderam o golpe e o regime, como aqueles que foram contra e sofreram por tal opção. Tal definição precisa ser revista, assim como precisa ser constantemente reafirmada a participação de agentes do Estado na repressão política, mas não podemos ficar limitados à questão de uma “guerra” entre memórias opostas, à reparação dos atingidos e nem podemos, simplesmente, atestar o apoio e os interesses “da sociedade”.

Não basta recuperarmos e atestarmos a existência de determinada memória; é preciso considerar os aspectos constitutivos de sua construção e relacioná-la à conjuntura na qual foi produzida e aquela a que se refere. É imprescindível analisar as características da disputa política em torno da constituição da memória pública. Em outros termos, é preciso qualificar essa disputa e a participação civil e entender a lógica política que sustentou a repressão.

Ao agirmos dessa forma, poderemos relacionar memória e história e verificar os reais beneficiados pela construção memorialística que se tornou preponderante sobre 1964: se toda a sociedade, especialmente a esquerda, como destaca Aarão Reis Filho,¹⁷ ou os senhores civis da ditadura – políticos e empresários que apoiaram o regime e mantiveram-se no centro do círculo do poder após o seu ocaso. Mais importante, poderemos entender o porquê de, se a memória institucional sobre 1964 saiu derrotada na “guerra das memórias”, o projeto político-econômico por trás do golpe e do regime – inclusive da repressão – não só prevaleceu como se tornou hegemônico.

Referências

- BARDIN, L. 1977. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 225 p.
- BRASIL. 1995. *Diário Oficial da União*, 5 dez. 1995, p. 19985.
- BRASIL. 2011a. *Diário Oficial da União*, 18 nov. 2011. Edição Extra, Seção I, p. 1.
- BRASIL. 2011b. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, *Diário Oficial da União*, 18 nov. 2011. Edição Extra, Seção I, p. 5.
- BRASIL. 2002. Decreto nº 4.346, *Diário Oficial da União*, 27 ago. 2002. Seção I, p. 5.
- CASTRO, C. 2008. Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In: C. FICO; M. de M. FERREIRA; M.P. ARAUJO; S.V. QUADRAT (orgs.), *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ / Ed. FGV, p. 119-142.
- DREIFUSS, R.A. 1981. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 814 p.
- GINZBURG, C. 1990. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo, Cia das Letras, 281 p.
- GRAMSCI, A. 1991. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 444 p.
- JIMENEZ, J.V. 2007. *BACABA: memórias de um guerreiro de selva da guerrilha do Araguaia*. Campo Grande, José Vargas, 136 p.
- JIMENEZ, J.V. 2011. *BACABA II: toda a verdade sobre a guerrilha do Araguaia e a revolução de 1964*. Campo Grande, José Vargas, 206 p.
- LAMARÃO, S. 2001. “Clube Militar”. In: A.A. de ABREU; I. BELLOCH (orgs.), *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro* (pós-1930). Rio de Janeiro, Editora da FGV, vol. II, p. 1.383-1.389.
- MARTINS FILHO, J.R. 2003. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. In: Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos, XXIV, Dallas, 2003. *Anais...* Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2003/FilhoJoaoRobertoMartins.pdf>. Acesso em: 01/01/2014.
- MELO, D.B. de. 2012. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, XIII(27):39-53.
- O GLOBO. 2013. Apoio editorial ao golpe de 1964 foi um erro. Rio de Janeiro, 31 ago. 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em: 01/01/2014.
- O GLOBO. 2012. Blog do Noblat. Comandante do Exército manda retirar nota contra ministros. Rio de Janeiro, 23 fev. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2012/02/23/comandante-do-exercito-manda-retirar-nota-contraministros-432984.asp>. Acesso em: 08/08/2014.
- POLLAK, M. 1989. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3):3-15.
- PROENÇA, I.C. 2004. *O golpe militar e civil de 64: 40 anos depois*. Rio de Janeiro, Oficina do Livro, 203 p.
- REIS FILHO, D.A. 2012. Ditadura civil-militar. O Globo, Caderno Prosa & Verso, Rio de Janeiro, 31 mar. 2012.
- REIS FILHO, D.A. 2004. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: *1964-2004: 40 anos do golpe - ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro, 7 Letras, p. 119-139.
- ROSAS, F. 2009. Seis teses sobre memória e hegemonia, ou o retorno da política. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 1(1):84-87.
- SANTOS, E.H. de J. 2012. Das trincheiras à guerra de atrito: a batalha pela memória entre os militantes da esquerda e os militares da reserva de extrema-direita deixou, enfim, de ser silenciosa? In: Encontro Nacional da ANPOCS, 36º, Águas de Lindóia, 2012. *Anais...* Águas de Lindóia, p. 1-20.
- TAPAJÓS, R. 1977. *Em câmara lenta: romance*. São Paulo, Alfa-Ômega, 176 p.
- USTRA, C.A.B. 2006. *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília, Editora Ser, 567 p.
- USTRA, C.A.B. 1987. *Rompendo o silêncio: Oban, DOI/Codi. 29 Set. 70-23 Jan. 74*. Brasília, Editerra Editorial, 348 p.
- VASCONCELOS, C.B. de. 2010. *A política repressiva aplicada a militares após o golpe de 1964*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 307 p.

Fontes primárias

- A VERDADE SUFOCADA. 2012. Retiradas de nomes e não aceitação de adesões – Nota da coordenação do “Alerta Brasil”. A Verdade Sufocada, mar. 2012. Disponível em: <http://www.>

¹⁷ Nos últimos anos, Daniel Aarão Reis Filho tem produzido seguidos textos em que procura comprovar a tese de que não só civis, como a “sociedade brasileira” teria apoiado por longo tempo o regime ditatorial e que, após o término desse período, teria procurado se livrar de um incômodo, construiu uma memória, seletiva e conveniente, que definiu o período como *ditadura militar* (Reis Filho, 2012). Embora gozando de bastante aceitação, seus argumentos também têm sofrido críticas na academia (Melo, 2012, p. 39-53).

- averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&task=view&id=6639&Itemid=1. Acesso em: 15/12/2013.
- A VERDADE SUFOCADA. [s.d.]. Disponível em: <http://www.averdadesufocada.com/>. Acesso em: 15/12/2013.
- CABRAL, R.A. da V. 2012. Manifesto – Interclubes Militares. A Verdade Sufocada, fev. 2012. Disponível em: <http://www.averdadesufocada.com/index.php/incio-mainmenu-1/6571?task=view>. Acesso em: 15/12/2013.
- CHAGAS, P. (gen.). [s.d.]. É hora de reorganizar e consolidar. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/index.php/art/1373-e-hora-de-reorganizar-e-consolidar-gen-paulo-chagas>. Acesso em: 08/08/2014.
- FIGUEIREDO, G.B. de. 2012. Alerta à Nação – “Eles que venham. Por aqui não passarão!”. A Verdade Sufocada, fev. 2012. Disponível em: <http://www.averdadesufocada.com/index.php/incio-mainmenu-1/6613?task=view>. Acesso em: 15/12/2013.
- GRUPO INCONFIDÊNCIA. [s.d.]. Disponível em: <http://www.grupoinconfidencia.org.br/sistema/>. Acesso em: 15/12/2013.
- GRUPO TERRORISMO NUNCA MAIS. [s.d.]a. Quem Somos. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/index.php/quem-somos>. Acesso em: 15/12/2013.
- GRUPO TERRORISMO NUNCA MAIS. [s.d.]b. Ternuma. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/>. Acesso em: 15 dez. 2013.
- MOREIRA, L.C. de S.; SANTA ROSA, F. de. 2012. Militares em defesa da democracia. Viomundo, fev. 2012. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/politica/militares-a-favor-da-comissao-da-verdade-onde-estao-os-corpos-dos-que-foram-mortos.html>. Acesso em: 15/12/2013.
- RIBEIRO, O.J. de B. 2011. Depois da liberdade desaparecer... Grupo Terrorismo Nunca Mais, 5 nov. 2011. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/index.php/2013-08-22-03-33-02/1617-depois-da-liberdade-desaparecer-osmar-jose-de-barros-ribeiro>. Acesso em: 15/12/2013.

Submetido: 13/01/2014

Aceito: 13/08/2014

Fernando da Silva Rodrigues
Universidade Cândido Mendes
Praça Pio X, 7, Centro, 20040-020,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Escola Superior de Guerra - Fortaleza de São João
Av. João Luiz Alves, s/nº, Urca, 22291-090,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Cláudio Beserra de Vasconcelos
Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro
Colégio Estadual Collecchio
Rua Francisco Barreto, 829, Bangu, 21820-380,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil